

POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA REDE DE ENSINO MUNICIPAL DE BELÉM DO PARÁ

Ângela Nediane dos Santos¹
Darcel Andrade Alves²
Fernanda Cristina Corrêa Lima Coimbra³
José Williams da Silva Valentim⁴
Kátia do Socorro Carvalho Lima⁵
Kassya Christinna Oliveira Rodrigues⁶
Ivanilde Apoluceno de Oliveira⁷
Maria do Perpétuo Socorro G. de S. Avelino de França⁸
Renata Barros Garcia Medeiros⁹
Roseane Rabelo de Souza¹⁰
Tânia Regina Lobato dos Santos¹¹

Universidade do Estado do Pará
Programa de Pós-Graduação em Educação
Núcleo de Educação Popular Paulo Freire – PA
Financiamento: CNPq.

Categoria: Comunicação Oral
Eixo: Políticas educacionais para pessoas em situação de deficiência

RESUMO

Este estudo apresenta dados parciais de uma pesquisa financiada pelo CNPq e realizada pela Rede de Educação Inclusiva na Amazônia Paraense, constituída por pesquisadores vinculados à UFPA, UFOPA, IFPA e UEPA, com o objetivo de identificar de que forma Secretarias Municipais de Educação do Pará estão implantando nas suas unidades escolares, a inclusão de pessoas que apresentam necessidades educacionais especiais. Neste artigo o foco é para a política de educação inclusiva e o atendimento educacional da Secretaria Municipal de Belém aos alunos com necessidades educacionais especiais. Os dados foram coletados

¹ Docente da Universidade Federal de Pelotas – Rio Grande do Sul. E-mail: gejaespecial@yahoo.com.br

² Mestre Educação pela UEPA. Membro do NEP-UEPA. E-mail: darcelandrade@yahoo.com.br

³ Pedagoga do IFPA, Membro do NEP/UEPA e Mestranda do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Ceará - UFC. E-mail: nanda.lima76@gmail.com

⁴ Mestre em Educação pela UEPA. Membro do NEP-UEPA E-mail: williamsvalentim@yahoo.com.br

⁵ Docente UEPA, Mestre em Educação pela UEPA. Membro do NEP-UEPA. E-mail: katiasclima@bol.com.br

⁶ Mestre em Educação pela UEPA. Membro do NEP-UEPA. E-mail: kassyao@yahoo.com.br

⁷ Docente do PPGED-UEPA, Coordenadora do Núcleo de Educação Popular "Paulo Freire" - NEP/UEPA e Doutora em Educação pela PUC-SP. E-mail: nildeapoluceno@uol.com.br

⁸ Docente do PPGED-UEPA e Doutora em Educação pela UNICAMP. E-mail: socorroavelino@hotmail.com

⁹ Mestre em Educação. Membro do NEP-UEPA E-mail: renatasinais@yahoo.com.br

¹⁰ Mestre em Educação pela UEPA. Membro do NEP-UEPA. E-mail: roseanerabelo@yahoo.com.br

¹¹ Docente do PPGED-UEPA e Doutora em Educação pela PUC-SP. E-mail: tanialobato@superig.com.br

por meio de pesquisa de campo, de abordagem qualitativa, com entrevistas semi-estruturadas realizadas com gestores, coordenadores pedagógicos e professores de 03 escolas de Belém, bem como pela análise documental e bibliográfica de autores como Oliveira (2005), Mantoan (2003), entre outros. Entre os resultados destaca-se que a Rede de Ensino pesquisada apresenta a educação inclusiva como política educacional, realizando o atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas pólos. Algumas dificuldades foram identificadas no processo de inclusão: a falta de infraestrutura, de recursos pedagógicos específicos e a carência de formação profissional. Além disso, as escolas não foram preparadas para o processo de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais.

Palavras-Chave: Educação inclusiva; Políticas Públicas; Educação Especial.

Introdução

Este estudo apresenta dados parciais de uma pesquisa financiada pelo CNPq e realizada pela Rede de Educação Inclusiva na Amazônia Paraense, constituída por grupos de pesquisas vinculados UFPA, UFOPA, IFPA e UEPA. O objetivo desta pesquisa foi identificar de que forma 07 Secretarias Municipais de Educação: Belém, Marituba, Barcarena, Castanhal, Santarém, Marabá e Bragança estão implantando nas suas unidades escolares, a inclusão de pessoas que apresentam necessidades educacionais especiais.

Neste artigo o foco é para a política de educação inclusiva e o atendimento de alunos com necessidades especiais existente nas escolas de uma das redes municipais pesquisadas, a de Belém.

1. Referencial Teórico

No contexto histórico atual encontramos a crítica a compreensão de uma sociedade homogênea, individualista e excludente, sendo preconizada a idéia de diversidade e de respeito às necessidades de todos os cidadãos como pilares centrais de uma nova prática social, por meio da construção de espaços inclusivos, o que implica no comprometimento das políticas públicas (BRASIL, 2004) na busca de ratificar as aspirações sociais de respeito à diversidade cultural e às minorias excluídas.

Entre essas políticas encontramos a de Educação inclusiva inspirada em documentos internacionais como a Declaração de Salamanca (1994), Nacionais, entre os quais a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da

Educação Nacional - LDBEN de 1996 e a Resolução CNE/CEB Nº 2/ 2001, e Estaduais, como a Resolução nº 400 do Conselho Estadual de Educação do Pará – CEE/PA, de 2005.

A *Declaração de Salamanca* (1994) proclama que toda criança tem direito à educação, devendo a escola acolhê-las independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas ou outras, respeitando as suas características e necessidades individuais. Destaca que as pessoas com necessidades educacionais especiais devem ter acesso às escolas comuns por meio de uma pedagogia centrada na criança e uma orientação inclusiva.

A Resolução CNE/CEB Nº 2/ 2001 estabelece que os princípios e o atendimento educacional inclusivo, não se restringem apenas à inserção do aluno com necessidades educacionais especiais no espaço escolar, nas classes comuns, existindo princípios pedagógicos a serem seguidos, entre os quais, o de *educar para a diversidade*, respeitando as diferenças.

Com base nesses princípios, a escola, em seus diversos níveis de atuação, tem como objetivo viabilizar o processo de inclusão escolar, ou seja, oportunizar a educação democrática para todos, constituindo o acesso ao ensino público de qualidade, condição imprescindível ao exercício da cidadania (OLIVEIRA, 2005). Neste sentido, o sistema educacional deve viabilizar, em suas unidades de ensino, a convivência com a diversidade, as diferenças culturais e individuais e incluir o educando com necessidades educacionais especiais no ensino regular.

Para Mantoan (2003, p. 42-3), na inclusão escolar é indispensável:

que os estabelecimentos de ensino eliminem barreiras arquitetônicas e adotem práticas de ensino adequadas às diferenças dos alunos em geral, oferecendo alternativas que contemplem a diversidade, além dos recursos de ensino e equipamentos especializados

Nesta perspectiva, o estudo sobre as Políticas de Educação Inclusiva, em especial aquela que diz respeito a inclusão de pessoas que apresentam algum tipo de deficiência na rede regular de ensino tornar-se questão importante ao debate social, acadêmico e científico do tema.

2. Objetivos

Os objetivos deste estudo são: (a) analisar como a rede municipal de ensino de Belém está implantando a política de educação inclusiva em suas escolas; (b)

identificar o atendimento especializado de alunos com necessidades educacionais nas escolas do município; (c) analisar a preparação das escolas para o desenvolvimento da política de educação inclusiva e (d) verificar os serviços de apoio pedagógico e os recursos didáticos existentes nas escolas pesquisadas.

3. Metodologia

Trata-se de uma pesquisa de campo qualitativa realizada por meio de entrevistas semi-estruturadas com gestores (Secretaria e escolas), coordenadores pedagógicos e professores da rede municipal de Belém. Os sujeitos foram a Coordenadora de Educação Especial do Município (CEE); 02 gestoras (GESA, GESB), 03 coordenadoras pedagógicas (CPA, CPB e CPC) e 04 professoras das escolas pesquisadas (PA, PB)¹².

Neste estudo realizou-se análise documental, entre os quais o Plano Municipal de Educação, que possibilitou refletir sobre o processo de implantação da política de educação inclusiva em Belém, assim como suas implicações nas ações educacionais, bem como levantamento bibliográfico sobre educação inclusiva, de autores como Mantoan (2003), Oliveira (2009, 2005), entre outros.

A pesquisa efetivada na rede municipal de ensino de Belém teve como *locus* de estudo 03 escolas, codificadas como A, B e C e que foram selecionadas pelos seguintes critérios: apresentarem turmas inclusivas, tendo uma amostra, também, de escolas pólos, por possuírem salas de recursos e outros espaços pedagógicos, como informática e sala de leitura.

4. Resultados da pesquisa

4.1. Política de educação inclusiva no município de Belém

A Rede Municipal de Educação de Belém possui 61 escolas no ensino fundamental, sendo 59 na área urbana, 02 na rural e 01 escola de ensino médio. Além das escolas, a Rede de Ensino possui um Centro de Atendimento Educacional Especializado, considerado de referência na formação da educação inclusiva, com o objetivo de atender alunos com necessidades educacionais especiais (surdez, cegueira ou baixa visão, paralisia, déficit cognitivo e portadores de síndromes) e suas famílias (BELÉM, PORTAL, 2009).

¹² Referidas por meio de nomes fictícios e códigos. No texto foram utilizadas as falas dos sujeitos na íntegra.

O Sistema Municipal de Ensino de Belém possui um quadro docente constituído por 2.273 professores, sendo o maior número no ensino fundamental seguido do ensino médio, conforme quadro 1 a seguir.

Quadro 1
Nº de docentes por nível de ensino na Rede Municipal de Belém

Nível de Ensino	Nº Docentes
Educação Infantil	497
Ensino Fundamental	1.749
Ensino Médio	27
TOTAL	2.273

Fonte: INEP 2008. In: IBGE 2008

Já o número de alunos matriculados é de 73.122, predominando o atendimento no ensino fundamental (47.358) e na educação infantil (14.212). O ensino médio conta com 391 matrículas e a educação de jovens e adultos (presencial), 11.161. (INEP, 2008).

O número total de alunos com necessidades especiais matriculados na rede municipal de ensino de Belém é de 474, sendo predominante o atendimento no ensino fundamental, conforme demonstrado no quadro 2.

Quadro 2
Nº de Matrícula de Alunos com necessidades educacionais especiais na Rede Municipal de Belém

Nível de Ensino	Nº Matrícula
Educação Infantil	29
Ensino Fundamental	376
Ensino Médio/Profissionalizante	11
Educação de Jovens e Adultos (presencial)	56
TOTAL	472¹³

Fonte: INEP, 2008

O atendimento na educação especial em escolas regulares municipais de Belém predomina o de pessoas com condutas típicas, seguida de deficiência mental e múltiplas. Não há registro de matrícula de alunos autistas conforme quadro 3.

Quadro 3
Nº de alunos com necessidades educacionais especiais matriculados nas escolas regulares municipais – Ano 2007

Categorias	Nº de alunos
Condutas típicas	111
Deficiência mental	80

¹³ Não constam alunos jovens e adultos na modalidade não presencial.

Deficiências Múltiplas	74
Deficiência Física	51
Baixa Visão	50
Surdez Severa ou moderada	49
Síndrome de Down	32
Surdez Severa ou profunda	16
Cegueira	7
Altas Habilidades	3
Surdocegueira	1
Autismo	0
TOTAL	474 ¹⁴

Fonte: Censo Escolar da Secretaria Municipal de Educação/2007.

A Coordenadora Ana (CEE) explica que no Censo de 2008 foram identificadas 479 pessoas com necessidades especiais matriculadas na Rede Municipal de Educação de Belém. No entanto, isso não significa que todas essas pessoas estão sendo atendidas. No início de 2009, o atendimento foi de, aproximadamente, 270 crianças. Esta Coordenadora relata que:

o atendimento ele não é obrigatório. Então muitas vezes as crianças, são convocadas para o atendimento; algumas famílias acabam não entrando no atendimento em virtude de se ter outros atendimentos e a dificuldade em, realmente, ter esse filho nesse contra turno, que é a nossa orientação em sala de recursos. Porém, elas não são, não deixam de ser atendidas (ANA-CEE).

Assim, o maior objetivo da Secretaria é que os alunos sejam atendidos. No entanto, o maior desafio é a Educação de Jovens e Adultos, porque encontram dificuldades, em virtude “do próprio horário em que eles estão matriculados, essa dificuldade que eles têm de ter esse atendimento no contra turno.” (ANA – CEE).

A Rede de Ensino de Belém, por meio da Resolução Nº 12/2007 – CME, compreende educandos com necessidades especiais, pessoas que, no processo educacional, requerem:

metodologias e recursos específicos para atender às diferentes formas, domínios, ritmos de aprendizagem e de desenvolvimento, cujas necessidades são decorrentes de:

- I. dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento, que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares (não vinculadas a uma causa orgânica ou relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências);
- II. dificuldades de comunicação e sinalização, diferenciadas dos demais educandos, demandando a utilização de linguagens e códigos aplicáveis;

¹⁴ Pressupõe-se que neste quadro estão contidos alunos da educação de jovens e adultos da modalidade não presencial.

III. altas habilidades/superdotação, elevada facilidade de aprendizagem que os leve a dominar rapidamente conceitos, procedimentos, atitudes e competências (ART.6º)

A Secretaria Municipal de Educação de Belém adota a política educacional inclusiva estabelecida pela Política Nacional de Educação Especial (BRASIL,1994) e na Resolução Nº 12/2007 – CME apresenta ações de:

1) *acessibilidade à informação, à comunicação e à mobilidade*, por meio da aquisição de recursos, mobiliários e equipamentos adaptados, bem como da criação e adequação de espaços que permitam aos educandos o acesso às diversas formas de conhecimento;

2) *construção de uma rede de apoio* para o desenvolvimento de práticas colaborativas interinstitucionais e intrainstitucionais, com o objetivo de garantir a oferta de serviços nas áreas de saúde, assistência social, jurídica, trabalho, esporte, lazer e atendimentos educacionais especializados;

3) *realização de estudos e pesquisas* em parceria com instituições de ensino superior, visando o aprimoramento do processo educativo;

4) *reorganização da proposta pedagógica das unidades escolares*, com o objetivo de desenvolver currículos diversificados e avaliação educacional que favoreçam as diferentes culturas e formas de aprender (ART.4º)

Em relação ao acesso e permanência dos educandos com necessidades educacionais no sistema escolar a política inclusiva, por meio da Resolução Nº 12/2007 – CME (Artigos 7º a 10) prevê:

1) o direito de acesso e permanência com êxito de todos os cidadãos, tendo os mesmos a possibilidade de prosseguir seus estudos na educação básica e modalidades ofertados pelas unidades escolares;

2) o acesso ao ensino regular em classes comuns bem como atendimento educacional especializado, adequados às especificidades e singularidades dos educandos;

3) serviço de intervenção precoce, visando estimular o desenvolvimento do potencial das crianças da Educação Infantil;

4) sistema de informação para a identificação da demanda real dos educandos.

A política de educação inclusiva da Secretaria Municipal de Educação de Belém compreende atendimento educacional especializado os serviços, recursos técnicos e estratégias de aprendizagem, organizados institucionalmente e disponíveis em todos os níveis e modalidades da Educação Básica, com o intuito de “apoiar, complementar e suplementar o processo educacional, em atenção às singularidades de cada educando” (ART.11).

A finalidade da oferta de atendimento especializado é “remover as barreiras de aprendizagem, disponibilizando um conjunto de procedimentos específicos, mediadores da apropriação e produção de conhecimentos” (ART.12). O foco deste atendimento consiste na:

Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), interpretação de LIBRAS, ensino de Língua Portuguesa com metodologia de 2ª língua para surdos, Sistema Braille, orientação e mobilidade, utilização do soroban, mobilidade e comunicação alternativa/aumentativa, tecnologia assistiva, Educação Física adaptada, enriquecimento e aprofundamento do repertório de conhecimentos, atividades da vida autônoma e social, entre outras (ART. 11).

A preferência deste atendimento é ser efetivado nas unidades escolares nas quais os educandos com necessidades educacionais estão matriculados, mas a Secretaria Municipal de Educação pode “estabelecer convênios ou parcerias com instituições especializadas, Organizações Não Governamentais, associações de/para pessoas com deficiência, condutas típicas e altas habilidades, ou com outros setores afins” (ART.13).

A forma de atendimento é multidisciplinar e colaborativa entre “profissionais das diversas áreas, professores especializados, professores da classe comum e equipe técnica da instituição e/ou do setor próprio do Sistema” (Art. 14) e podem ser disponibilizados:

1) na *classe comum*, mediante atuação de professores intérpretes das línguas, linguagens e códigos aplicáveis, guias intérpretes, entre outros;

2) em *salas de recursos*, com o objetivo de viabilizar recursos didáticos, equipamentos e materiais específicos no processo de complementação curricular, cujo atendimento ao educando deve ser realizado em horário distinto ao da classe comum e podem funcionar nas unidades educativas, nas escolas pólos ou em setor do próprio Sistema de Ensino.

3) em *setor do próprio Sistema*, por meio da oferta de equipamentos e recursos humanos e materiais apropriados ao atendimento;

4) em *classe hospitalar* ou *ambiente domiciliar*, para educandos da Educação Básica do Sistema Municipal de Ensino, comprovadamente impossibilitados de freqüentar as aulas na unidade de ensino regular, devido a tratamento prolongado de saúde. Neste caso, os educandos devem estar vinculados a uma escola da rede regular de ensino. O atendimento é individual ou em grupos sendo-lhes garantida certificação. Além disso, deverá existir ações integradas entre o Sistema de Ensino e o de Saúde.

O atendimento especializado deve ser previsto e assegurado no projeto pedagógico e regimentos das escolas. Entretanto,

quando a avaliação educacional apontar para a necessidade de diagnóstico e/ou acompanhamento terapêutico, por profissionais de outras áreas, cabe à família a responsabilidade dessa providência colaborando assim para a tomada de decisões e encaminhamentos educacionais apropriados (ART. 17).

O atendimento especializado por profissionais das áreas de saúde, esporte e lazer, trabalho, assistência social e outras devem ser previstos e assegurados pelo Sistema Público Municipal desde que os alunos com necessidades educacionais especiais estejam matriculados nas escolas do Sistema Municipal de Ensino.

4.2. O atendimento de alunos com necessidades especiais nas escolas

A Coordenadora Ana (CEE) explicou que os alunos com necessidades educacionais especiais são atendidos normalmente em escolas próximas de suas residências e que essa orientação é feita pela Secretaria. Destacou que uma ação realizada pela Secretaria Municipal de Educação no processo de inclusão escolar é a antecipação da matrícula do aluno com necessidades educacionais especiais tanto na renovação quanto na matrícula dos alunos que estão chegando.

Neste sentido, há por parte da Secretaria uma preocupação em efetivar e realizar um atendimento diferenciado na matrícula de alunos com necessidades educacionais especiais.

4.3. Serviços de apoio especializados e recursos didáticos existentes na escola

As professoras Glória (PB), Joana (PA) e Jane (PB) informaram que não há na escola serviço de apoio especializado para atender as crianças com necessidades educacionais especiais. Ressaltam que os técnicos que visitam a escola para dar atendimento a essas crianças são provenientes do Felipe Smaldone, do Centro de Referência da SEMEC e da Secretaria de Educação. O atendimento é feito nas escolas pólos.

A Coordenadora Tereza (CP1C) compara sua escola (pública) com outra instituição do ensino (privado) que dispõe de profissionais especializados para lidar com pessoas com necessidades educacionais especiais:

eu trabalho (em uma IES) à noite e de manhã, quando eu vou pra lá [...] uma escola particular; então eles tem psicólogos, eles tem assistente social, tem não sei o quê, vários... e aqui não, só somos nós, os professores, a diretora, não tem aquela pessoa específica.

As falas dos sujeitos evidenciam que algumas escolas não possuem atendimento especializado e nas que possuem este atendimento não supre às necessidades do alunado.

A professora Joana (PA) informa que a escola não dispõe de recursos didáticos específicos para as crianças com necessidades educacionais especiais. Enfatiza a existência de uma sala de recursos na escola, mas, que tem criado materiais didáticos próprios para trabalhar com as crianças.

A professora Eva (PA) destaca a ausência de infraestrutura: “hoje a gente vive na Secretaria uma situação que já vem se estendendo a algum tempo, de falta de carteiras”.

Assim, apesar da existência de sala de recursos nas escolas pesquisadas, não existem materiais específicos, há carência na infraestrutura e alguns professores precisam criar os seus materiais didáticos para desenvolver atividades com crianças com necessidades educacionais especiais, evidenciando um despreparo da escola para atender esse segmento social.

Essa situação identificada nas escolas investigadas confirma que “os sistemas de ensino não têm assegurado às escolas infraestrutura, recursos materiais e humanos considerados condições básicas para garantir o acesso e a

permanência do aluno com necessidades especiais na escola” (MIRANDA, 2009, p.211).

4.4. Preparação da Escola para a inclusão.

Em relação à educação inclusiva nas escolas, a Coordenadora Ana (CEE) não vê mais resistência dos docentes em aceitar a inclusão. Para ela:

está muito bem claro, muito bem definido esse processo de inclusão. Um exemplo disso é a matrícula dos nossos alunos, essa crescente possibilidade de ter esses alunos na rede municipal. A divulgação é importante, a própria escola faz a divulgação, que naquele espaço a gente vai estar atendendo alunos com necessidades especiais e é isso que faz a diferença também. Eles fazem a divulgação, então eles já sabem, eles já têm consciência que não se pode mais dizer não ao aluno que chega à rede (ANA-CEE).

Assim, a Coordenadora enfatiza sobre a importância da matrícula e da divulgação na comunidade para o processo de inclusão na rede de ensino de Belém. Considera que “não há resistência”, mas “ainda há professores que precisam de orientação” (ANA- CEE), para que eles possam atender ao alunado da melhor forma possível. Por isso, pensa ser tarefa da Secretaria Municipal de Educação buscar mais autonomia nos espaços educacionais, para que os docentes percebam a “importância que cada um tem de assumir a responsabilidade de incluir à todos, de atender à diversidade”. A Secretaria, então, tenta “sensibilizar para que a escola tenha já esses princípios no seu projeto político pedagógico” (ANA -CEE), e que possa encaminhar o processo de inclusão no espaço escolar.

A inserção dos alunos com necessidades educacionais especiais nas classes regulares é vista pela Coordenadora Ana (CEE) como sem dificuldades, com exceção de algumas situações de condutas inadequadas por parte do alunado, mas esclarece que orienta o professor para conversar com os alunos da turma sobre as diferenças, as necessidades e a importância do apoio “que algumas vezes o próprio coleguinha pode oferecer” (ANA - CEE).

Neste sentido, considera que a escola está bem orientada em relação ao processo de inclusão, mas quando há necessidade, o Centro de Educação Especial é acionado. Então, os técnicos vão à escola, trabalham com os professores que atendem o aluno incluído, fazendo um estudo de caso de cada sujeito, mostrando que cada pessoa tem a sua especificidade que precisa ser respeitada.

Entretanto, segundo as professoras Jane (PB), Eva (PA) e Coordenadora Cleide (CPB) as escolas não foram preparadas para atender a educação inclusiva. Informam que não houve por parte do poder público uma preocupação em qualificar os professores para trabalharem com crianças com necessidades educacionais especiais, assim como de prover as escolas de uma infraestrutura adequada para atender as especificidades dessas crianças. Para elas os primeiros anos de implantação da educação inclusiva nas escolas foram marcados por muitas dificuldades.

A Professora Eva (PA) é enfática em dizer que a escola não teve nenhuma preparação e isso se apresenta perceptível em vários aspectos, em particular, no projeto pedagógico e pela ausência de formação. “A gente, também, não tem essa formação regular voltada para o aluno deficiente. Nós também não temos”.

A Professora Eva (PA) apesar de dizer que conhece “muito pouco” sobre a inclusão aponta algumas atitudes inclusivas isoladas nas atividades de educação física, na sala de leitura e na hora do recreio; nesses espaços são proporcionados momentos de integração entre os alunos: “as atividades desenvolvidas em sala, que eles fazem juntos, são momentos de integração, existem vários momentos em que as crianças interagem entre si”. Todavia a professora não consegue explicar claramente como se efetiva a inclusão nesses momentos em que as crianças necessariamente estão juntas.

A Professora Glória (PB) confessa que não sabia que em sua turma havia três crianças surdas e a maior preocupação dela era como se daria a comunicação entre ela e as crianças, devido não possuir nenhum curso de Língua Brasileira de Sinais.

Para a Professora Joana (PA) a escola tem tentado dar conta da educação inclusiva, ressaltando que é mais um trabalho interno, de boa vontade da escola. Mas, ressalta que a escola tem essa preocupação, com a preparação para a inclusão, mas não apresenta os meios pelos quais essa preparação aconteça.

Assim, as falas dos sujeitos evidenciam que as escolas não foram preparadas para a educação inclusiva, cujos fatores intervenientes são a carência de formação profissional e de infraestrutura adequada para atender as demandas do alunado que apresenta necessidades educacionais especiais.

Oliveira (2009) destaca que, de modo geral, há por parte dos profissionais da educação o reconhecimento da proposta inclusiva para a formação humana e política da pessoa com necessidades educacionais especiais, por isso aceitam os pressupostos dessa educação. Entretanto, vivenciam problemas para sua operacionalização, porque a inclusão exige do sistema educacional mudanças estruturais e atitudinais que não estão sendo efetivadas, por isso, a desconfiança e a dúvida.

CONCLUSÕES

A Rede de Ensino de Belém apresenta a educação inclusiva como política educacional, tendo a preocupação, em sua legislação, com o atendimento a alunos que apresentam necessidades educacionais especiais. A matrícula destes alunos vem sendo efetivada e vista pela Coordenação da Educação Especial como fator relevante ao processo de inclusão nas escolas da Rede.

Entretanto, a fala dos diretores, coordenadores pedagógicos e professores das escolas da Rede, apontam como principais dificuldades no processo de implantação da política de educação inclusiva pela Secretaria Municipal de Educação de Belém, a falta de infraestrutura, de recursos pedagógicos específicos e a carência de formação profissional. Além disso, as escolas não foram preparadas para o processo de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais.

REFERÊNCIAS

BELÉM. *Portal PMB/SEMEC*. Disponível em www.belém.pa.gov.br/portal. Acesso em 09 de março de 2009.

_____. *Censo Escolar da Secretaria Municipal de Educação*. 2007.

_____. *Resolução nº 012/2007 – CME*. Belém: SEMEC, 2007.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em www.ibge.gov.br/. Acesso em 06 de junho de 2008.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. INEP. 2007. Disponível em <http://www.inep.gov.br>. Acesso em 08 de junho de 2008.

_____. *Série Educação Inclusiva v.I: A Escola*. Brasília: Secretaria de Educação Especial/MEC, 2004.

_____. *Resolução CNE/CEB Nº 2* de 11 de setembro de 2001. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

_____. *Constituição Federal*. Brasília: Senado Federal, 1998.

_____. *Lei Nº 9.394* de 20 de dezembro de 1996. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Senado Federal, 1996.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Moderna, 2003.

MIRANDA, Theresinha Guimarães. *Gestão da educação em atenção às necessidades especiais: entre o discurso oficial e o discurso do professor*. BAPTISTA, Claudio Roberto; JESUS, Denise Meyrelles de (Orgs.) *Avanços em políticas de inclusão: o contexto da educação especial no Brasil e em outros países*. Porto Alegre: Mediação, 2009.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. *Política de educação inclusiva nas escolas: trajetória de conflitos*. JESUS, Denise Meyrelles de. et al (Org.) *Inclusão: práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa*. 2e. Porto Alegre: Mediação, 2009.

_____. *Saberes, Imaginários e Representações na educação especial: a problemática ética da “diferença” e da exclusão social*. 2e. Petrópolis-RJ: VOZES, 2005.